

BR-CAPITAL
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS

CNPJ Nº 44.077.014/0001-89

**BR - Capital Distribuidora de
Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Demonstrações Financeiras acompanhadas do
Relatório dos Auditores Independentes

Em 30 de junho de 2016 e de 2015

Relatório dos auditores independentes

Aos:

Administradores e Acionistas da

BR-Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da BR-Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avali-

ação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BR-Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 29 de Julho de 2016.

André José Valério
Contador CRC 1SP-244.101/O-5

RSM Brasil Auditores Independentes - Sociedade Simples



CRC 2SP-030.002/O-7

BR - CAPITAL Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.				
CNPJ(MF) 44.077.014/0001-89				
BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015				
		Valores em R\$ mil		
ATIVO	NE	30/06/16	30/06/15	
CIRCULANTE		2.027	1.479	
DISPONIBILIDADES	4	35	39	
APLICAÇÕES INTERFIN. DE LIQUIDEZ		728	327	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4	728	327	
TVM E INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS		1.088	907	
Carteira própria	5	1.088	907	
OUTROS CRÉDITOS		176	206	
Rendas a receber	6	155	188	
Diversos	6	21	18	
NÃO CIRCULANTE		211	741	
TVM E INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS		-	399	
Carteira própria	5	-	399	
OUTROS CRÉDITOS		61	57	
Diversos	6	61	57	
INVESTIMENTOS		31	160	
Outros investimentos	7	31	160	
IMOBILIZADO DE USO		117	125	
Outras imobilizações de uso (Depreciações acumuladas)		211 (94)	200 (75)	
INTANGÍVEL		2	-	
Ativos Intangíveis		2	-	
TOTAL DO ATIVO		2.238	2.220	
PASSIVO	NE	30/06/16	30/06/15	
CIRCULANTE		177	174	
OUTRAS OBRIGAÇÕES		177	174	
Fiscais e previdenciárias	6	35	51	
Negociação e intermediação de valores		2	-	
Diversas	6	140	123	
NÃO CIRCULANTE		61	57	
OUTRAS OBRIGAÇÕES		61	57	
Diversas	6 - 10	61	57	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.000	1.989	
Capital:		1.782	1.782	
De Domiciliados no país	8	1.782	1.782	
Reservas de lucros		188	-	
Ajustes de avaliação patrimonial		1	1	
Lucros acumulados		29	206	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.238	2.220	
CARLOS ALBERTO DA ROCHA LIMA		LUIZ LINARES CAMBERO		
Diretor		Contador CRC-1SP 74256/O-4		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BR - CAPITAL Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.			
CNPJ(MF) 44.077.014/0001-89			
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015			
Valores em R\$ mil			
	NE	1º-SEM-16	1º-SEM-15
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		150	217
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		150	217
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		150	217
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(659)	33
Receitas de prestação de serviços		848	835
Despesas de pessoal	11	(464)	(405)
Outras despesas administrativas	12	(949)	(317)
Despesas tributárias	13	(96)	(80)
Outras receitas operacionais		2	-
RESULTADO OPERACIONAL		(509)	250
Resultado na venda de ativo	7	4.336	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		3.827	250
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(1.698)	(44)
Provisão para imposto de renda	14	(938)	(23)
Provisão para contribuição Social	14	(760)	(21)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		2.129	206
Nº de ações		634.240	634.240
Lucro por ação.....R\$		3,36	0,32

CARLOS ALBERTO DA ROCHA LIMA **LUIZ LINARES CAMBERO**
 Diretor Contador CRC-1SP 74256/O-4

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BR - CAPITAL Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.						
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Valores em R\$ mil						
Período de 01/01/16 a 30/06/16						
E V E N T O S	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	T O T A L
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM 01/01/16	1.782	13	188	1	-	1.984
Ajustes de períodos anteriores	-	-	(13)	-	13	-
Dividendos intermediários	-	-	-	-	(13)	(13)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	2.129	2.129
Destinações:	-	-	-	-	(2.100)	(2.100)
Dividendos	-	-	-	-	(2.100)	(2.100)
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 30/06/16	1.782	13	175	1	29	2.000
MUTAÇÕES DO PERÍODO:	-	-	(13)	-	29	16
Período de 01/01/15 a 30/06/15						
E V E N T O S	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	T O T A L
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM 01/01/15	1.528	35	219	1	-	1.783
Aumento de capital	254	(35)	(219)	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	206	206
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 30/06/15	1.782	-	-	1	206	1.989
MUTAÇÕES DO PERÍODO:	254	(35)	(219)	-	206	206

CARLOS ALBERTO DA ROCHA LIMA **LUIZ LINARES CAMBERO**
 Diretor Contador CRC-1SP 74256/O-4

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BR - CAPITAL Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. CNPJ(MF) 44.077.014/0001-89		
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015		
Valores em R\$ mil		
	1º-SEM-16	1º-SEM-15
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos	3.827	250
Depreciações e amortizações	9	9
Resultado na venda de ativo	(4.336)	-
	(500)	259
Varição de Ativos e Obrigações		
	(1.360)	(508)
(Aumento) redução em TVM instrumentos derivativos (acima)	295	(430)
(Aumento) redução de outros créditos	83	4
(Redução) em outras obrigações	(40)	(38)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.698)	(44)
Caixa líquido proveniente das/ (aplicado nas) atividades operacionais	(1.860)	(249)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Alienações de:		
Investimentos parcialmente alienados	4.465	-
Inversões em:		
Investimentos		(3)
Imobilizado de uso	(3)	(4)
Intangível	(2)	-
Caixa líquido proveniente das/ (aplicado nas) atividades de investimento	4.460	(7)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos/Lucros pagos/propostos	(2.113)	-
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento	(2.113)	-
Aumento líquido/ (Redução líquida) de caixa e equivalentes de caixa	487	(256)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	276	622
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	763	366
CARLOS ALBERTO DA ROCHA LIMA Diretor	LUIZ LINARES CAMBERO Contador CRC-1SP 74256/O-4	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

BR Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
30 de junho de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Distribuidora tem por objetivo intermediação de compra e venda de títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros; administração de carteiras e de custódia de títulos e valores mobiliários; subscrição, transferência e autenticação de endossos, desdobramento de cauteles, recebimento e pagamento de resgates, juros e outros proventos de títulos e valores mobiliários; exercer funções de agente fiduciário; instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento; realizar a constituição de sociedade de investimento – capital estrangeiro e administrar a respectiva carteira de títulos e valores mobiliários e; exercer outras atividades expressamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 29 de julho de 2016.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Apuração de resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. Para as receitas de natureza financeira, observa-se o critério “pro rata” dia para, as quais são calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos, e apropriadas ao resultado pela fluência dos prazos.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

3.3. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

3.4. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular BACEN n.º 3.068, de 8 de novembro de 2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração, em três categorias a saber: títulos para negociação - avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício; títulos disponíveis para a venda - avaliados ao valor de mercado em contrapartida a conta específica do patrimônio líquido; e títulos mantidos até o vencimento - avaliados pela taxa intrínseca dos títulos em contrapartida ao resultado do exercício.

3.5. Ativos não circulantes

- **Investimentos:** estão representados por ações da CETIP S.A. (ver nota explicativa nº 7).
- **Imobilizados de uso:** são registrados pelo custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens segundo parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária, sendo de 20% ao ano para “Sistema de Processamento de Dados” e de 10% ao ano para as demais contas.
- **Intangíveis:** são registrados os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição, ou exercidos com essa finalidade. São representados por softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados pelo método linear, com base na vida útil estimada e segundo parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária à taxa de 20% a.a.

3.6. Demais ativos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “pro rata” dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar, quando aplicáveis.

3.7. Redução ao valor recuperável de ativo

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

3.8. Passivos circulantes e não circulantes

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base “pro rata dia”) e cambiais incorridos. As provisões para contingências, de qualquer natureza, são reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito da ação e a opinião de seus consultores jurídicos;

3.9. Provisão para Imposto de Renda ,Contribuição Social, PIS e COFINS

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$ 240 no ano.

A provisão para contribuição social estava sendo calculada à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória 675/2015, que alterou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das Instituições Financeiras de 15% para 20%, com eficácia a partir de 01 de setembro de 2015, convertida pela Lei 13.169 de 6 de outubro de 2015.

3.10. Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Técnicos, aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil.

- **Contingências ativas:** não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- **Contingências passivas:** são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- **Obrigações legais:** ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações fiscais e tributárias, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

3.11. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para créditos de liquidação duvidosa e as provisões para perdas quando existentes, as provisões para contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar, quando da sua realização, em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões existentes ao processo de estimativas contábeis. A Distribuidora revisa suas estimativas e premissas em bases semestrais.

3.12. Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC.

3.13. Lucro por ação

É obtido através da divisão do lucro líquido do período pelo número de ações em circulação na data base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalente de caixa

Na demonstração dos fluxos de caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	30/06/2016	30/06/2015
Disponibilidades	35	39
Depósitos bancários	35	39
Aplicações interfinanceiras de liquidez	728	327
Depósitos interfinanceiros	728	327
Total caixa e equivalente de caixa	763	366

5. TVM e instrumentos financeiros derivativos

5.1. Os títulos e valores mobiliários estão classificados em títulos disponíveis para venda e representados em:

	30/06/2016	30/06/2015
Carteira própria	1.088	1.306
Certificado de depósito bancário	907	1.125
Debêntures	181	181
Total da carteira	1.088	1.306
Total curto prazo	1.088	907
Total longo prazo	-	399

5.2. Valor de mercado dos títulos

Os valores de custo atualizado da carteira de títulos e valores mobiliários, comparados com os respectivos valores de mercado, estão assim demonstrados:

	30/06/2016		30/06/2015	
	Valor do custo	Valor de mercado	Valor do custo	Valor de mercado
Certificado de Depósito Bancário	907	907	1.125	1.125
Debêntures	179	181	179	181
Total da carteira	1.086	1.088	1.304	1.306

6. Outros créditos e outras obrigações

	30/06/2016	30/06/2015
Ativo circulante – Outros créditos		
Rendas a receber	155	188
Dividendos e Juros de Capital	12	53
Serviços prestados a receber	143	135
Diversos	21	18
Adiantamentos e antecipações	-	3
Imposto de Renda a compensar	21	3
Valores a receber de sociedades ligadas	-	12
Total do ativo circulante – Outros créditos	176	206
Ativo não circulante – Outros créditos		
Diversos	61	57
Devedores p/ depósitos em garantia	61	57

	30/06/2016	30/06/2015
Passivo circulante – Outras obrigações		
Fiscais e previdenciárias	35	51
Provisão e contrib. s/ lucro a pagar	-	19
Impostos e contrib. a recolher	34	31
Provisão p/ imposto e contrib. Diferido	1	1
Diversas	140	123
Provisão p/ pagamentos a efetuar	140	123
Total do passivo circulante – Outras obrigações	175	174
Passivo não circulante		
Diversas	61	57
Provisão p/ passivo contingente	61	57

7. Investimentos

Do Saldo de 139.943 ações da Cetip S/A apresentado em 31 de dezembro de 2015, a Administração decidiu negociar 112.500 ações, obtendo resultado positivo na venda do ativo no montante de R\$4.336, restando saldo de 27.443 ações. O valor de mercado dessas ações, conforme cotação de fechamento divulgada pela BMF&Bovespa em 30 de junho de 2016 era de R\$ 1.192 (R\$ 4.775 em 2015, representado por 139.943 ações).

Para o saldo de 27.443 ações da Cetip S/A em 30 de junho de 2016, a Administração da Companhia não possui intenção de negociar, desta maneira manteve o investimento alocado na rubrica “Ações e Quotas”, no grupo de “Outros Investimentos”, conforme permitidos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

8. Patrimônio líquido

8.1. Capital social

Em 30 de junho de 2016 e de 2015 o capital social de R\$ 1.782 está representado por 634.240 ações nominativas, sendo 317.120 ações ordinárias e 317.120 ações preferenciais, sem valores nominais, totalmente integralizadas na data do balanço por acionistas domiciliados no país.

Em 01 de junho de 2015 foi deliberado o aumento do capital social de R\$1.528 para R\$ 1.782, mediante a incorporação do saldo da reserva legal no montante de R\$ 35 e da reserva especial de lucros no montante de R\$219, totalizando um aumento de R\$ 254, representado por 85.572 ações nominativas. Este processo foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 27 de agosto de 2015.

8.2. Distribuição de lucros

Do lucro líquido apurado em balanço, serão destinados 5% para fundo de reserva legal, até que este alcance 20% do capital social, 25% para dividendos aos acionistas, e o saldo, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral, por proposta da Diretoria, observadas as disposições legais atinentes à matéria.

No semestre encerrado em 30 de junho de 2016 foram distribuídos dividendos e lucros antecipados no montante de R\$2.113.

9. Juros de capital próprio

Nos semestres encerrados em 30 de junho de 2016 e 2015 não foram pagos juros sobre capital próprio, conforme faculta o artigo 9º da Lei nº 9.249/95.

10. Provisões para contingências

A Distribuidora é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias. A provisão de R\$ 61 (R\$ 57 em 2015) é considerada suficiente para a cobertura de eventuais perdas, pela avaliação da administração da Distribuidora.

Contingências fiscais e tributárias

A Distribuidora está discutindo judicialmente diversos aspectos relacionados à incidência e base de cálculo de COFINS e Contribuição Social sobre o lucro líquido e sobre suas operações. Até 30 de junho de 2016, a Distribuidora efetuou depósitos judiciais no valor de R\$ 61 (R\$ 57 em 2015), classificados no ativo não circulante.

As declarações de renda dos últimos cinco exercícios estão sujeitas à revisão e aprovação pelas autoridades fiscais. Outros impostos e contribuições permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo.

Nas datas das demonstrações financeiras, a Distribuidora apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Contingências tributárias	61	57	61	57
	61	57	61	57

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	Contingências tributárias
Saldos em 30 de Junho de 2015	57
Atualização no período	4
Saldos em 30 de Junho de 2016	61

(Perdas possíveis, não provisionadas no balanço patrimonial)

Não há, conforme julgamento da Administração, montantes significativos a serem divulgados nas demonstrações financeiras referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015 referente a perdas possíveis não provisionadas no balanço patrimonial.

11 . Receitas de prestação de serviços

	30/06/2016	30/06/2015
Administração de fundos de investimentos	836	821
Outras	12	14
Total	848	835

12 . Despesas de pessoal

	30/06/2016	30/06/2015
Despesas com proventos	(269)	(240)
Despesas com encargos	(101)	(90)
Despesas com benefícios	(94)	(75)
Total	(464)	(405)

13 . Outras despesas administrativas

	30/06/2016	30/06/2015
Aluguéis	(85)	(43)
Condomínio	(39)	(20)
Processamento de dados	(94)	(66)
Serviços técnicos especializados	(596)	(103)
Comunicações	(8)	(7)
Publicação	(25)	(24)
Serviços do sistema financeiro	(36)	(7)
Transporte	(5)	(5)
Depreciação	(10)	(9)
Material expediente	(17)	(9)
Assinaturas de jornais e revistas	(4)	(3)
Manutenção e conservação	(2)	(3)
Outros	(28)	(18)
Total	(949)	(317)

14 . Imposto de renda e contribuição social

	30/06/2016	30/06/2015
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	3.827	250
(Exclusões)/Adições:		
Dividendos recebidos	(18)	(103)
Gastos com ativos diferidos	(8)	(5)
Base de calculo para impostos	3.801	142
Imposto de Renda (alíquota oficial)	(570)	(21)
Adicional de Imposto de Renda (Alíquota de 10%)	(368)	(2)
Total de imposto de renda	(938)	(23)
Contribuição Social (alíquota 20% em 30/06/16 e 15% em 30/06/15)	(760)	(21)
Total de impostos correntes	(1.698)	(44)

15 . Responsabilidades

A Distribuidora é responsável pela administração de fundos de investimentos, cujos valores de patrimônio líquido eram:

	30/06/2016	30/06/2015
SCP - Fundo de investimento imobiliário	49.081	48.900
FII Continental Square Faria Lima	212.785	212.616
FII Pátio Moinhos de Vento	210.454	209.754
Infra Patrimonial I FIC FIP	238.115	242.181
FII GWI Renda Imobiliária	82.005	81.832
FII BR Shopping Centers	-	2
FII Pedra Negra Renda Imobiliária	36.925	-
Total	829.365	795.285

16 . Partes relacionadas

16.1 Transações com partes relacionadas

No semestre encerrado em 30 de junho de 2016, a Distribuidora possui transações com partes relacionadas no montante de R\$ 484, referente a estudos econômico-financeiros relativos ao Fundo de Investimento Imobiliário Pedra Negra Renda Imobiliária, registrados em despesas com consultoria.

16.2 Remuneração da administração

Não houve pagamento de honorários aos administradores da Distribuidora, durante os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015.

17 . Cobertura de seguros

A Distribuidora adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte

do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

18 . Risco operacional e risco de mercado

- Atendendo determinação da Resolução nº 3380 do CMN de 29 de junho de 2006, foi designado em reunião de Diretoria, realizada em 28 de dezembro de 2006 o Sr. Carlos Alberto da Rocha Lima como Diretor Responsável pelo Gerenciamento do Risco Operacional, e definida a estrutura para a efetiva implementação do controle de gerenciamento do risco operacional.
- Em atendimento a Resolução nº 3464 do CMN de 26 de junho de 2007, conforme deliberado em reunião de Diretoria, realizada em 19 de dezembro de 2007 foi designado o Sr. Carlos Alberto da Rocha Lima como Diretor Responsável pelo Gerenciamento do Risco de Mercado, e definida a estrutura organizacional para implementação do gerenciamento do risco de mercado.

Carlos Alberto da Rocha Lima	Luiz Linares Cambero
Diretor	Contador CRC 1 SP 74256/O-4